IDEOLOGIA DO TRABALHO EXPRESSA NOS JORNAIS MINEIROS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DO JORNAL O ABAETÉ

Alisson Eugênio*

RESUMO: Neste ensaio será analisada a estratégia discursiva das oligarquias rurais de Abaeté em Minas Gerais, nos quais se pode perceber uma espécie de ideologia detratora contra os trabalhadores pobres como justificativa de atração de mão-de-obra européia para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, ideologia e civilização.

ABSTRACT: In this essay will be analyzed the discursive strategy of the rural oligarchies of Abaeté – Minas Gerais. In this strategy we can notice a type of depreciative ideology against the poor workers as justification of attraction of European labor to Brazil.

KEY WORDS: Work, ideology, civilization.

> O nosso país ainda está em grande parte sob a influência mórbida e atrofiante dos hábitos, costumes e tradições da velha metrópole portuguesa, acrescendo o tropeço do clima tropical à realização do progresso rápido. A história nos conduz à prova inequívoca da invalidez e da inércia dos três elementos capitais da formação de nossa nacionalidade; o português, o autóctone e o africano. Os elementos bons, modificadores da raça rareiam (...).
>
> (O Abaeté, 15/2/1905[1]).

Desde a noite dos tempos, as mitologias que narram a origem da vida e dos seres humanos, principalmente na judaico-cristã, apresentam a necessidade do trabalho como uma forma de punição divina, por causa de

* Professor de História na UNI-BH e Doutorando em História na USP. Este artigo é resultado da revisão crítica de um texto anteriormente dedicado ao mesmo objeto, cujo estudo foi iniciado na disciplina "Globalização e Cultura", ministrada na USP pela professora Zilda Maria Grícole Iokoi no primeiro semestre de 2004.

[1] HPMG (Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais), Jornal O Abaeté, J. A. 33, ano I, n. 20, 5/2/1905.

alguma transgressão cometida em um lugar fora do tempo onde os homens ousaram desafiar os deuses.

As narrativas míticas sobre as origens da vida social, em particular sobre a necessidade de trabalhar, podem servir para ilustrar como esta atividade humana esteve marcada por conotações negativas que começaram a ser quebradas com o advento da era industrial, quando as ideologias liberais transformaram "as concepções jurídicas tanto do trabalhador como do capitalista" em "ilusões de liberdade", de acordo com Marx e sua obra clássica "O Capital"[2]. Antes dessa era, porém, o sistema de relações de trabalho predominante ao longo da história foi à escravidão[3], seguida por formas heterogêneas de servidão.

É aí que entram em cena as ideologias e a própria força, pois, desde a organização das primeiras experiências comunitárias agrícolas, a necessidade do trabalho regular, sistematicamente organizado, foi se impondo e, junto com ele, surgiu o problema da distribuição dos seus resultados.

Com estas linhas iniciais, este ensaio não pretende teorizar as origens do trabalho a partir dos paradigmas marxistas da interpretação histórica, pois o objetivo é apenas destacar que hoje a necessidade de trabalhar é tão premente, porque há mais oferta de mão-de-obra do que demanda, que até parece natural e atemporal para os mais comuns dos homens e mulheres a obrigação e a ética do dever e do costume da venda da mão-de-obra.

Antes disso, as classes de proprietários criaram meios para convencer os indivíduos a se submeterem ao trabalho regular e disciplinado. Tais meios variaram na forma e no conteúdo de acordo com os homens, os lugares e os tempos onde foram construídos. Neste texto, serão apresentados alguns discursos que exemplificam um deles, qual seja, as pressões que parte das elites agrárias mineiras tentaram exercer na sociedade brasileira, nas décadas finais da escravidão e nos primeiros anos após a sua abolição, para construírem um mercado de oferta de trabalho suficientemente farto, e assim garantir uma reserva de mão-de-obra necessária para evitar a elevação do seu valor além do limite suportável em que se acomodavam melhor a extração da mais-valia.

Dois serão os momentos contemplados pelas fontes que permitem analisar os discursos de uma parte das elites agrárias mineiras, o da crise inflacionária ocorrida entre o final dos anos 1850 e meados da seguinte e o

[2] MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política (LIVRO I). São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 206.

[3] DAVIS, D.B. *El problema de la escravitud en la cultura ocidental*. Buenos Aires: Paidos, 1968.

da crise da super produção de café do início do século XX. A partir de relatórios das câmaras municipais e de jornais algumas questões relativas à maneira como aquelas elites perceberam tais crises podem ser esboçadas, e porque elas degradaram a força de trabalho nacional, argumentando que esta resistia às tarefas regulares e penosas, sugerindo a imigração européia ou leis contrárias à "vadiagem" como soluções.

Há um conjunto de pesquisas sobre este tema que, sem se perder na interminável busca das origens, pode-se localizar inicialmente nos estudos de Caio Prado Júnior. Segundo este autor "a população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio senhor e escravo. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor era um desajustado, que não podia se entrosar normalmente no organismo econômico e social do país"[4]. Assim, na esteira desse pressuposto, surgiram trabalhos como os de Maria Sylvia de Carvalho Franco, para quem "uma das mais importantes implicações da escravidão é que o sistema mercantil se expandiu condicionado a uma fonte externa de suprimento de trabalho" que "deu origem a uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados", cuja constituição "prende-se à forma como se organiza a ocupação do solo, concedido em grandes extensões"[5].

Como havia grande disponibilidade de terras férteis no Brasil, e como era possível, antes de 1850, que estes homens livres e pobres tivessem acesso às pequenas áreas de cultivo conquistadas na expansão das fronteiras ou nas fímbrias das grandes propriedades, de forma que pudessem manter sua subsistência com alguma autonomia, a escravidão foi um recurso duradouro, tendo sido iniciada por ser mais rentável para a empresa agrícola colonial, e sendo mantida já não mais por causa disso após a Lei das terras de 1850, mas pelas dificuldades e, sobretudo, desinteresse das elites agrárias em converter aqueles homens em mão-de-obra farta e regular para as fazendas[6]. Isto até quando, de acordo com Alfredo Bosi, "no limiar da Segunda Revolução Industrial e da expansão imperialista, a ex-colônia se olhava no espelho da civilização e, ao voltar-se para si mesma, doía-lhe o contraste"[7].

A escravidão, neste contexto, era o que causava uma das maiores do-

[4] PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 198.

[5] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997. p. 14.

[6] KROWARICK, Lúcia. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 21.

[7] BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 248.

res, pois se por um lado ela maculava o processo civilizador idealizado pelo liberalismo oligárquico da geração de Varnhagen, por outro como eliminá-la e ao mesmo tempo garantir à economia do tipo colonial braços suficientes para a expansão da produção, principalmente aquela voltada para o mercado externo, como a cafeicultura?

Com estas colocações e citações, neste ensaio não pretende-se teorizar a formação dos homens e livres pobres na sociedade e economia escravistas brasileira, e sim marcar a problemática da construção de um mercado de trabalho assalariado no país, onde a escravidão, por ter sido a referência durante séculos como sistema de trabalho, degradou o status dessa atividade social, criando obstáculos à conversão daqueles homens ao universo da produção regular, pois as elites acostumadas a lidarem com os escravos ainda viam, nos anos iniciais após a Abolição, as demandas dos trabalhadores livres com uma mentalidade pautada pela "sova e tronco"[8].

Feitas essas considerações preliminares, resta apresentar algumas hipóteses. Partindo de várias pesquisas sobre este tema, como as de Peter Eisenberg[9], Hebe Maria Mattos de Castro[10], Maria Inês Machado Borges Pinto[11] e Lúcio Kowarick[12], pode-se sustentar que o problema da economia brasileira depois da Abolição não era a falta de braços, e sim a ausência de um mercado de reserva de trabalhadores que pudessem ser incorporados ao universo da produção, como estratégia política das elites agrárias em assegurar mão-de-obra abundante e barata. É assim que serão interpretadas as fontes disponíveis para este ensaio, as quais, não obstante serem "indiretas e comprometidas com a ideologia das classes dominantes", como observou Maria Odila Leite da Silva Dias em uma recente revisão historiográfica sobre os homens pobres[13], podem auxiliar na interpretação do problema da construção de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, levando em conta "o projeto hegemônico das elites do Império" e

[8] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 187.

[9] EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Campinas: Unicamp, 1989.

[10] CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[11] PINTO, Maria I. M. B. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre em São Paulo (1880-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

[12] KROWARICK, Lúcia. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

[13] DIAS, Maria Odila L. da S.; Sociabilidade sem história: votantes pobres do Império. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 61.

seus herdeiros dos primeiros anos da República, o que, segundo esta autora, "parece um desafio promissor no estágio atual da historiografia"[14].

Nesse sentido, as fontes aqui utilizadas não servem para conhecer as vivências dos homens livres e pobres, bem como as dinâmicas dos universos em que suas opções de vida, formas de resistência e demandas estão imersas, por causa de suas limitações e comprometimentos ideológicos como veremos mais à frente, e sim como forma de conhecer os argumentos das elites agrárias, e as realidades subjacentes ao conteúdo de seus discursos. Estes não serão tomados como falsos, pois, não existindo uma realidade objetiva verdadeira, o mundo sensível é interpretado pelos indivíduos de acordo com o lugar onde ocupam na sociedade, e é assim que o conceito de ideologia será neste ensaio tomado, isto é, não como uma distorção falseada da vida real, mas como uma interpretação vinculada às identidades grupais ou classistas que embasam as óticas e as práticas dos protagonistas sociais.

Quando há um falseamento da realidade, isto é, quando as representações invertem ou generalizam o mundo real, aí a ideologia se torna uma mistificação, tal como ensinou Henri Lefebvre[15] "nos appelons mistification o moment de la conscience sociale – de l'ideologie – ou d'anciennes formes en voie do dépassemant deviennent mensongéres"[16], para nos alertar que "une idée vrai devient fausse quand elle est depassé; une vérité partielle devient fausse quand on la substitue à la totalite. A ce moment el y a mistification"[17]. A hipótese deste trabalho é que isso acontece durante os discursos das elites agrárias mineiras na transição do trabalho escravo ao assalariado no Brasil. Ao fazerem isso, tais elites construíram uma forma de intolerância às maneiras (culturas) dos trabalhadores livres e pobres lidarem com o trabalho durante a época da escravidão, como meio de justificação da imigração de europeus para o Brasil, e de pressionar o Estado a criar um fundo púbico de interesse privado para custear as despesas com o deslocamento dos imigrantes.

Estando claros estes pressupostos, vejamos em seguida como os trabalhadores pobres aparecem no discurso das elites agrárias mineiras na crise da escravidão, e como o problema da construção de uma sociedade

[14] Idem.

[15] LEFEBVRE, Henri. *La conscience mistifiée*. Paris: Gallinard, 1936.

[16] Idem, p. 79.

[17] Idem.

civilizada, branca e européia se delineia em tais discursos atreladamente ao problema da mão-de-obra.

Comecemos pela epígrafe deste texto retirada do editorial do Jornal *O Abaeté* da cidade do mesmo nome. A propósito, a maior parte dos discursos utilizados neste artigo foi extraída desse periódico por causa da alta qualidade dos seus textos. Pode-se notar claramente nas palavras do seu autor uma recusa aos elementos étnicos e culturais formadores de nosso país. Na época, quando as teorias racistas estavam em voga, a elite brasileira se envergonhava daquela que então se poderia chamar de massa do povo, pois os negros e os índios eram considerados "raças inferiores" e o português um europeu atrasado.

Nesse momento, no discurso daquelas elites aparece um pessimismo quanto ao futuro do país se este não eliminasse as suas piores heranças coloniais em relação às características étnicas e culturais da formação do povo brasileiro. Por causa disso mesmo pensava-se que o Brasil não tinha povo, antes era povoado por "bastardos da civilização", isto é, todos aqueles que não se enquadravam na ideologia civilizante dos "donos do poder", que sonhavam com um país parecido o mais próximo possível da paradigmática civilização francesa.

Assim, o futuro brasileiro só estaria salvo se "os elementos bons, modificadores da raça", fossem abundantes não só para aumentar a oferta de braços para as lavouras do país, mas também para embranquecê-lo, europeíza-lo e civilizá-lo, como está argumentado no editorial daquele jornal do interior de Minas. Vejamos na íntegra esse discurso que abre este ensaio sob a forma de epígrafe, cujo título é "Agricultura":

> O nosso país ainda está em grande parte, sob a influência mórbida e atrofiante dos hábitos e costumes e tradições da velha metrópole portuguesa, acrescendo o tropeço do clima tropical à realização do progresso rápido. A história nos conduz à prova inequívoca da invalidez e da inércia dos três elementos capitais da formação de nossa nacionalidade, o português o autóctone e o africano. Os elementos bons, modificadores da raça, rareiam (...) A tempestade é a luta das raças. O equilíbrio é a vitória da lei da seleção. Mas o que é possível fazer para evitar o rumo que há de tomar a direção dos pontos sem resistência? Cumpre buscar meios de melhor exploração dos mananciais da riqueza nacional. Essa é a primeira tarefa a tomar por toda nação que quer arrogar-se o nome de civilizadora (...) O que não se pode contestar é que a agricultura entre nós passa ainda pela sua fase doméstica. Produzimos para consumir, e em segundo lugar, escasseia o braço produtor. O principal problema a resolver pelo nosso Estado é o

> fornecimento de braços à agricultura. Entrevistado, diz a respeito do magno problema da colonização, o Dr. Carlos Botelho, secretário da agricultura de São Paulo: 'Precisamos antes de tudo tratar do povoamento do solo, e assim o governo continuará a providenciar para que a falta de braços não determine o retrocesso da riqueza particular tão intimamente ligada à pública, em virtude do caráter monoculturista da lavoura'. Diante dos costumes rotineiros do interior em relação ao solo, através dos quais se abrigam tradições a nós legadas pela velha metrópole portuguesa, somos obrigados a sustentar a intervenção do Estado principalmente como reformador de costumes. No Brasil, o homem em cujas mãos se encontram os elementos capitais da riqueza nacional é, em geral, pequenino de idéias, selvagem nos costumes e materialmente inativo. Referimo-nos ao agricultor, em regra ignaro dos princípios mais rudimentares da ciência. Ignora os processos aperfeiçoados da exploração dos mananciais da riqueza material, pela aplicação profícua da lei no menor esforço. Não conhece revistas científicas, e pensa que o melhor sistema é a destruição de florestas seculares. Nos países novos e atrasados o governo representa papel salientíssimo na economia geral. Primeiramente, o problema quase se resolve com a colonização. Povoar o solo deste colosso de país pela maior parte inculto dever ser a primeira coisa a fazer. Colonizar é povoar o solo, é reformar os costumes, revigorar a raça, é civilizar esta terra semibárbara do Brasil.[18]

Outro discurso, retirado do mesmo jornal, intitulado "Imigração", defende a seguinte idéia: "Não há o que contestar. É preciso resolver o magno problema da colonização de nossa terra brasileira, colosso pela maior parte inculta, inexplorado tesouro que se guarda com o incalculável perigo da segurança do futuro, cuja selagem nublada mais deverá impressionar aos dirigentes da nacionalidade. Cumpre dar uma orientação nova aos fatores de produção geral do país. E o que não é possível refutar é que a riqueza econômica assenta principalmente na prosperidade e progresso da indústria agrícola. Sejamos fisiocratas. E para a consecução desse desiderato, é preciso organizar, criar o elemento, por excelência, produtor (...). Essa tarefa, porém, devia caber à Federação que infelizmente nada, ou quase nada, faz ou tem feito em relação a essa grande obra de progresso"[19].

Segundo o autor desse argumento, cabia à federação a tarefa de "criar o elemento produtor por excelência" lamentando que ela "infelizmente nada, ou quase nada, faz ou tem feito em relação a essa grande obra de progresso".

[18] Idem, O Abaeté 1905.

[19] Idem, O Abaeté, n. 12, 11/12/1904, p. 1.

Na verdade, os poderes públicos não ficaram inertes em face ao problema, embora nem todos estivessem satisfeitos com as medidas tomadas para a ampliação do mercado de mão-de-obra no Brasil após a Abolição, principalmente os grandes proprietários rurais de áreas pouco atrativas para o imigrante, ou que não estava suficientemente organizada para atraí-los.

De acordo com dados disponíveis sobre o volume dos imigrantes recebidos pelo Brasil, dos 3.390.000 que aqui entraram entre 1871 e 1920, a maior parte era composta por italianos, 1.373.000, sendo São Paulo a unidade federativa que mais os atraiu, entrando somente entre os anos 1887 e 1900 quase um terço deste total, 909.417[20], até que a super produção de café arrefeceu o movimento dessas entradas, pois esse produto estava estocado até nos tetos das tulhas dos fazendeiros, imobilizando temporariamente as frentes de trabalho nas propriedades rurais.

Outra forma de atuação dos poderes públicos, após o fim das subvenções das despesas necessárias para trazer os imigrantes para o país, muito reclamada nos discursos das elites agrárias, foi a educação técnica e moral das crianças e dos jovens, entendida com um meio de a médio e longo prazos, combater a "vadiagem" e o barbarismo dos "bastardos da civilização"[21]. Acompanhemos alguns textos produzidos pelas elites agrárias ou por aqueles setores com ela comprometidos sobre esta demanda, onde pode-se perceber mais claramente como a degradação do povo é postulada e identificada com a preguiça, indolência, vadiagem, barbárie e outros termos não menos desclassificadores usados para mistificação da imagem dos trabalhadores pobres.

Segundo o discurso do editorial do Jornal "*O Abaeté",* publicado no dia primeiro de Janeiro de 1905, intitulado "A Instrução":

> É com grande pezar que vemos cada vez mais descuidada entre nós a educação intelectual e moral do nosso povo. Irrefutavelmente, é um pecado de lesa-pátria o indiferentismo do Estado por uma das suas mais importantes funções sociais. O indivíduo é a sociedade e a sociedade é o indivíduo. Aquele não pode progredir sem

[20] PINTO, Maria I. M. B. *Cotidiano e sobrevivência*: a vida do trabalhador pobre em São Paulo (1880-1914). São Paulo: Edusp, 1994, p. 36-38.

[21] Esta expressão foi usada pelo redator do Jornal do Agricultor, F.A.P. Carvalho e Albuquerque, na edição de n. 608 do dia 21/2/1891, p. 128 (Apud: LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada*: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Campinas, 2001). Dizia o redator, ao se referir aos homens pobres que "o trabalho desses pobres bastardos da civilização tem inteira analogia com o ato instintivo da alimária que procura as presas. Parece que só trabalham para a satisfação das necessidades do estomago".

> o aperfeiçoamento deste. A educação moral forma o caráter. Como pode haver progresso sem cultura da inteligência? O poder de cada país está nas suas energias individuais. A instrução, disse Voltaire, faz tudo; é o fecundo manancial da ordem, do sossego e da prosperidade. No problema da educação está o segredo de todo o aperfeiçoamento da humanidade, disse Kant. Num país novo como o nosso, o Estado precisa chamar a si certos serviços que não podem ser entregues à iniciativa particular. Dizem que é força a cultura que ilustra, o trabalho que dignifica, a fé que estimula e alenta, a moralidade que enaltece, a coesão que estreita os laços sociais e o amor à pátria, fontes de tantas grandezas na história; e cultura, riqueza, fé, moral, trabalho, coesão e sentimento nacional, a reunião de todos é fonte de poder, força e prestígio. E tudo isso que aí vai dito se alcança com a cultura moral e inteligência de um povo.[22]

Essa mesma crítica aparece em outras fontes. O secretário do interior de Minas, o Dr. Delfim Moreira Ribeiro, em seu relatório apresentado ao Governo do Estado no ano de 1904 informa que "a instrução pública, ramo importante da pública administração, força proclamar que nós nos achamos, à guisa do que se sucede em todo o Brasil, muito aquém do alvo que devemos colimar, pois o Estado proporciona uma instrução deficiente, quase nada concorrendo para levantar a massa da população mergulhada nas trevas da ignorância"[23]. Seguindo o seu relato, mais à frente ele sugere que

> o grupo escolar, mesmo sem ser uma escola profissional, dever preparar os meninos para a prática de um ofício ou de uma profissão, ensinando-lhes noções de agricultura e zootecnia, conhecimentos essenciais entre nós, onde a principal fonte de riqueza pública é a agricultura. Por isso, o melhor seria conferir ao grupo escolar a preponderância do caráter profissional, para nele se preparar o agricultor e o industrial de amanhã, através do ensino, ensinando além das disciplinas normais as noções de ciências físicas e naturais, conhecimentos de aplicação constante na criação de gado de toda a espécie e na sublime arte de lavrar a terra.[24]

Os argumentos desse texto lembram os mesmos das elites paulistas estudados por Margareth Rago no livro onde a autora analisa "as utopias da cidade disciplinar"[25]. Lá como cá as elites mistificam a escola como o

[22] HPMG, Jornal O Abaeté, J. A. 33, ano I, n. 15, 1/1/1905, p. 1.

[23] APM (Arquivo Público Mineiro), Relatório da Secretaria do Interior, Imprensa Oficial, 1904, p. 14.

[24] Idem, p. 25.

[25] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

lugar da civilização e dos costumes. Se a escola seria um meio de combater a delinqüência infantil e, ao mesmo tempo, de preparar trabalhadores para o futuro, o cárcere seria uma forma de combate contra os adultos em uma sociedade que segundo o secretário do interior de Minas "vai em crescente aumento a população criminosa"[26]. Acompanhemos as sugestões daquele mesmo secretário sobre este assunto. "Em todos os países civilizados são considerados meios eficazes de garantia da ordem e segurança públicas a construção de cadeias seguras e higiênicas, destinadas às prisões temporárias e prédios apropriados ao cumprimento das penas, bem como colônias correcionais para os vadios e vagabundos, e asilos ou institutos disciplinares para menores criminosos, corrompidos e abandonados"[27].

Ainda naquele secretário do interior de Minas, Dr. Delfin Moreira Ribeiro, há mais um discurso que abre o seu relatório, onde ele argumenta a partir da lei n. 141 de 20 de julho de 1895 "que autorizou a fundação de duas colônias correcionais agrícolas para a correção pelo trabalho dos vadios e vagabundos, que é um dos melhores fatores de manutenção da ordem pública". Assim diz ele que

> a referida lei precisa ter o seu complemento. O poder público não pode deixar ao desamparo a sorte dos menores criminosos, corrompidos, vadios e abandonados. Ao lado da colônia correcional agrícola para a correção pelo trabalho dos vagabundos e vadios, deve estar o asilo ou instituto disciplinar onde se possam recolher o pequeno criminoso e órfão abandonado. O sentimento de humanidade aconselha que não se detenha o menor criminoso nas prisões comuns, em promiscuidade com os autores de graves crimes, assim como não é possível permitir-se que a perversão e o ócio continuam a sua nefasta e devastadora obra, contaminando o menor órfão e abandonado, falto de patrocínio de quem proveja a sua educação. Serão eles os criminosos do futuro e os futuros perturbadores da ordem pública; os eternos descontentes e tediosos inimigos da sociedade. Impõem-se aos poderes públicos dos Estados e também da União Federal, visto que a educação é um problema geral do país, a missão de criar estabelecimentos especiais, asilos ou institutos disciplinares, para os menores criminosos e abandonados. O regime e a severidade das prisões não se adaptam à regeneração do menor, que não pode ser tratado como homem de crime incorrigível, mas como um ente de capacidade moral incompleta, tendente ao vício e à degeneração, se nessa carreira vertiginosa não for

[26] APM (Arquivo Público Mineiro), *Op. Cit.* p. 13.

[27] Idem, p. 8.

> alertado pelos princípios da educação. Um asilo-escola, mas escola para todos os princípios da vida, onde possa ser internado o menor e nele aprenda o indispensável, a fim de mais tarde se entregar honesto, prestará valiosíssimo serviço social, constituindo ao mesmo tempo uma medida policial de primeira ordem, além de atestar a elevação e beleza dos sentimentos humanitários que presidem aos destinos da geração atual. Um estabelecimento nestas condições, onde ao lado da educação moral e das lições de bons costumes possa o menor armazenar conhecimentos práticos da agricultura em seus variados ramos das artes e ofícios diversos, adquirir hábitos de trabalho, de moderação, disciplina mental, do viver em sociedade, para não se tornar um elemento agressivo e anárquico, concorrerá para o desenvolvimento geral do povo. Não existindo em abundância no país e principalmente em Minas as associações beneficentes particulares (os orfanatos), cumpre ao Estado ter a iniciativa de um tal empreendimento, não com o intuito direto de exercer a caridade oficial, e sim com o feito de promover o progresso moral da sociedade.[28]

Esse secretário, a partir de 1918, passou a ocupar a Presidência do Estado, período em que as reformas que ele havia sugerido em 1904 no relatório anteriormente citado estavam sendo colocadas, ainda que de forma incipiente, em prática naquele ano. O responsável pela mesma secretária, que ele havia ocupado 14 anos atrás, afirmava em seu relatório que "a reforma está em plena execução", seguindo com a demonstração do que estava sendo feito. Segundo ele

> a higiene escolar, assunto relevante que tem absorvido a atenção de numerosos especialistas, médicos e pedagogos, entrou a construir entre nós objeto de sérias cogitações, pois nos países onde melhor se tem coordenado os planos de combate ao analfabetismo, o mais acendrado escrúpulo se tem posto na tarefa de criar homens robustos e aptos para todos os misteres da atividade social. Nesse intuito, sabido quanto a defesa da saúde infantil em idade escolar influi na realização de semelhante intuito, tem-se cercado de especiais carinhos a escola, para que esta logre o que deve ser: um viveiro de crianças, que sob a direção de um mestre se transformem em homens moralmente bons, intelectualmente cultos e fisicamente fortes.[29]

Retornemos aos editoriais do Jornal *"O Abaeté"* e acompanhemos as suas críticas aos indivíduos que não se enquadravam no projeto civilizador das elites agrárias. Em um artigo intitulado "A Crise", referindo-se à super

[28] Idem, p. 8.

[29] Idem, p. 3-6.

produção de café e aos seus efeitos nefastos na economia brasileira, o editor argumenta que

> a crise que atravessamos não tem outra origem senão na falta de trabalho. Acusam a atual forma de governo, dizendo que no tempo da monarquia as coisas estavam melhores, o cambio era bom, tudo, enfim, servia. Até certo ponto, os homens que nos governam têm culpa, porque deveriam criar uma lei obrigando os vadios ao serviço contínuo. No regime decaído e mesmo no início da república, os países, as tulhas, as pipas, os pastos e as gavetas dos lavradores achavam-se cheios, pelos efeitos ainda do trabalho obrigatório a que estava sujeito o pobre escravo. Muitos que acreditavam no direito da propriedade escrava, legislada naquele tempo até por impostos, contraíram altos compromissos para adquiri-la. Veio, porém, a humanitária lei de 13 de maio de 1888, sem mandar indenizar os prejudicados, obrigando, por falta de semelhante complemento, os iludidos com a duração perpétua do cativeiro, a vender outros bens a fim de pagar aquele que a lei lhe tirou, embora a contento geral. Tal fato faz escassear o dinheiro para os lavradores. Livres, entenderam os ex-escravos que o gozo da liberdade se resumia na vagabundagem, de modo que muitos poucos eram os que se dedicavam ao trabalho. Quase todos procuravam andar bem vestidos e com luxo, o que fez aumentar a importação de artefatos para tais usos. Diminuindo o trabalho cresceu o consumo, pois todos sabem que o ocioso só pensa em gastar. A roda de fiar e os teares foram substituídos pelas rodas de batuque. O resultado de tudo isso é o que vemos – uma assombrosa crise. Procuremos os meios para suavizar o seu vigor. A solução do problema é aumentar a nossa produção agrícola e industrial. Como, porém, se poderá obter isso? A resposta é clara: fazer-se todo o povo se convencer da palpitante necessidade do trabalho, no que a Igreja poderá prestar assinalado serviço. Tudo isso que vimos afirmar, dito no altar por ordem dos nossos preclaros bispos, tem uma força poderosíssima. O padre fala principalmente aos corações das mães, e só as mães da nova geração serão capazes de salvar nossa pátria, criando seus filhos no trabalho honesto e produtivo.[30]

Nota-se nessa argumentação que na ausência de uma lei que obrigasse as pessoas ao trabalho regular, a solução (em face das dificuldades de atração dos imigrantes europeus, por causa do fim das subvenções públicas e da recessão econômica que atravessou os governos Campos Sales e Rodrigo Alves) seria convencer os nacionais ao trabalho regular, fosse por meio da escola, das colônias correcionais e até da Igreja, como sugere tal editorial.

[30] HPMG, Jornal O Abaeté, J.A. 33, ano I, n. 32, 7/5/1905, p. 1.

Isto quer dizer que além da força, a mistificação do papel da mãe (já preconizada pela Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII em 1891) e da própria Igreja, na tarefa de "modernizar" e "civilizar" "os costumes também era usada na composição da estratégia discursiva das elites agrárias.

Outro discurso, intitulado "A Vadiagem", começa com uma epígrafe extraída de Arthur Azevedo, cujo conteúdo é o seguinte: "trabalha, trabalha sempre, porque o trabalho te absolverá, te consolará, te reabilitará" e segue com um comentário do editor, para depois transcrever um artigo de um jornal da cidade de Pará de Minas. Vejamos o que nele está dito:

> Um dos mais imperiosos deveres, atualmente, da imprensa brasileira é, sem dúvida alguma, mover tenaz e decisiva campanha contra a desenfreada vadiagem que, numa proporção assustadora, reina em todos os pontos do país, prejudicando gravemente a sociedade. De fato, é preciso que os órgãos de publicidade, já que os poderes públicos não se preocupam com o caso, ataquem sem tréguas o terrível mal, causa principal da medonha crise financeira que nos assoberba, como já o fez a nossa ilustre colega cidade do Pará, num substancioso artigo sob a epígrafe acima, artigo que com a devida vênia passamos para nossas colunas. Ei-lo: A vida de um povo está no trabalho honesto de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos. Se uma sociedade progride a olhos descobertos, evidentemente o povo é trabalhador. O semblante agradável de cada um dos habitantes e a manifestação franca dos sentimentos deles povoam-no. Não existe nela desconfiança, nem tão pouco intriga tem em seu seio rápido desenvolvimento. Ao contrário, se a vadiagem aparece e vai rapidamente desenvolvendo-se torna-se impossível a qualquer pessoa manter-se confortavelmente. Ela traz consigo o jogo, a embriagues, a desonra, o despudor; depois a intriga com o caráter mais expressivo na infâmia, da miséria, da baixeza. Chegando ao mais alto grau, a sociedade começa a sofrer as horríveis dores da agonia. Vê as pequeninas indústrias sem o braço forte do operário, a lavoura em completo abandono, o comércio em contínuo estremecimento. É o que atualmente se observa. Homens fortes, robustos, estão aí entregues à ociosidade, embriagando-se escandalosamente, e insultando os trabalhadores que passam. Ao invés de empunharem a enxada ou outro qualquer instrumento de trabalho, conduzem o cacete, que denominam bengala, e, apoiados sobre ela, maldizem, cheios de eloqüência, de todos os governos desde a União até a pequenina autoridade da roça; jogam atrevidamente com a reputação dos homens honestos e conceituados, com a mesma facilidade com que tragam um copo do saboroso parati. À sociedade cumpre, pois, banir de seu seio micróbios pestilentos, não com bons exemplos, porque eles os rejeitam, mas com desprezo,

> negando-lhes o aperto de mão e o assento à mesa das refeições; porque só deste modo poderão tais indivíduos compreender e procurar o trabalho, que nunca faltou e nem há de faltar. Se a sociedade definir-se apontando a esses maus elementos o seu lugar, poderemos, então, tranqüilos e prazeiros bem dizer a terra em que nascemos, porque jamais este solo fértil negar-nos-á os seus inestimáveis frutos; jamais esses homens, cônscios de suas nulidades, deixarão o trabalho para entregarem-se à vadiagem. E quem sabe se com a realização do que vimos de expor, muitos dos que andam por aí não viriam a prestar relevantes serviços à nossa pátria?[31]

É explícito neste último artigo, como também no próximo, a mistificação do trabalho e a intolerância contra aqueles que a ele resistiam. No dia 25 de Janeiro de 1905, "O Abaeté" publicou um texto intitulado "Amor ao Trabalho". Acompanhemos o que ele diz.

> Um dos maiores e mais importantes benefícios que se podem fazer aos homens, em especial à classe popular, é inspirar-lhes o amor ao trabalho; mostrar-lhes a sua utilidade, as suas vantagens, os seus felizes resultados. Deve-se fazer entrar este assunto no plano da instrução pública. O trabalho é o destino comum de todos os homens. Quem trabalha cumpre o seu dever; obedecer à voz de Deus. O trabalho é a verdadeira pedra filosofal que os antigos com tanto empenho, e tanto em vão pretenderam indagar. O trabalho não deslustra, antes enobrece e exalta a dignidade do homem. Pelo trabalho se consegue subjugar a natureza e fazer-se senhor dela; conquistar as riquezas e o seu poder; transformar de mil modos os seus produtos e os multiplicar, governar, enfim, ao seu arbítrio e faz fecundas as forças que ele tem dispersas, e talvez ociosas, pelo o ar, pelas águas, no seio da terra, e pelo mais recôndito dos elementos. O trabalho fixa e ao mesmo tempo entretem a inquieta atividade o homem, regulando-a e desviando-a de perigosos extravios e excessos, cativando-lhe os sentidos e o submete a um regime salutar. Os exercícios de trabalho previnem ou acalmam as agitações da fantasia, dissipam os seus vãos prestigiosos e extravagantes quimeras, trazem o homem ao conhecimento útil do país. O trabalho é uma escola de solidariedade, de temperança, de virtude e livra do homem dos funestos perigos da sociedade. Os vícios não entram de ordinário ou não entram com facilidade na casa do homem laborioso. O homem afeito ao trabalho não se lembra do jogo, porque não necessita de meios para perder tempo. Não tem ocasião de entrar em rixas e contendas com seus vizinhos; não tem necessidade de usurpar o alheio para sustentar a vida. A estatística dos crimes mostra que as classes laboriosas são proporcionalmen-

[31] Idem, n. 34, 28/5/1905.

> te as que menos figura fazem do odioso e abominoso quadro das maldades humanas. O trabalho é também uma escola de resignação; corrige e castiga nosso orgulho e vaidade e conduz-nos à consideração dos nossos deveres e da nossa comum sorte, e é um longo e contínuo comentário daquela verdade capital que define a vida humana como uma grande preparação para outro melhor estado. O trabalho conserva a saúde, dá forças, vigor, robustez e agilidade ao corpo; entretem a tranqüilidade do espírito, a paz interior, o equilíbrio das paixões, o exercício das faculdades. Com o trabalho paga o homem o tributo que deve à sociedade, que o protege e o defende, concilia o amor da sua família, dos seus vizinhos, dos concidadãos, e dá bons exemplos a seus filhos. Enfim, o homem amigo do trabalho é essencialmente interessado na conservação da boa ordem pública, porque dela depende a posse e o gozo pacífico dos frutos da sua indústria. Convençam-se bem os homens destas importantes verdades. Tomem os pais e os mestres a seu cuidado inspirá-los no ânimo dos filhos e discípulos. Procurem os párocos introduzi-los em seus discursos e exortações, empregando nesta toda a eficácia de seu zelo, toda a influência do seu respeitável ministério. Mostrem ao povo o quanto é agradável a Deus que cada um, trabalhando, cumpra o que ele lhe ordenou; digam-lhe que a Escritura Sagrada está cheia de preceitos e máximas sobre este objeto, cheia de investidas contra a preguiça e a ociosidade. O povo é naturalmente religioso e cristão, mas é necessário dirigir-lhe bem esta feliz propensão. Para isto, basta expor-lhe singelamente a verdade e fazer-lhe sentir.[32]

A mistificação do trabalho nesse discurso tem uma forte relação com a religião. É como se o autor defendesse a construção de uma espécie de "ética católica" para alimentar de trabalhadores a voraz modernização conservadora brasileira. Também esse último discurso toca numa questão importante que está contida em todos os editoriais apresentados até agora, qual seja, a falta de braços para a economia brasileira.

No contexto da elaboração dos discursos em tela, o país enfrentava uma recessão econômica fortíssima, pois a exportação de café estava em baixa, ao passo que sua produção estava em alta. Em meio a isso, o Brasil havia acumulado uma dívida externa, cuja rolagem estava travada por causa da crise financeira que levou à diminuição da circulação de moedas[33].

Os produtores rurais, tal com toda a sociedade, sentiram os efeitos drásticos de tal crise. No entanto, na ótica das elites agrárias, pelo menos de

[32] Idem, n. 37, 25/6/1905, p. 1.

[33] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1994. p. 260-267.

uma parte delas que tinha dificuldade em atrair mão-de-obra para suas fazendas, a falta de "amor ao trabalho", isto é, a resistência dos homens e mulheres a se submeterem ao trabalho regular, era o maior obstáculo a ser enfrentado.

De acordo com dados das pesquisas que compõem a historiografia dessa temática, os homens e mulheres pobres, desde os tempos da colônia até a época em questão, se empregaram em diversas atividades na economia informal em roças de subsistência e na prestação de pequenos serviços principalmente nas cidades. Foi o que mostraram autores como Luciano Figueiredo estudando Minas no século XVIII[34], Maria Odila Leite da Silva Dias estudando São Paulo no século XIX[35], Maria Inez Machado Borges Pinto estudando a "Paulicéia Desvairada" no início do XX e José Murilo de Carvalho estudando a Capital do país na época da Revolta contra a Vacina[36], entre outros autores.

O problema, portanto, não era o desinteresse pelo trabalho em si, pois esta população há tempos se ocupava de diversas formas, não obstante a marginalização por ela sofrida quando a escravidão estava no auge, e sim a resistência em se converter à ideologia do trabalho (quando isso fosse possível) dos ricos proprietários rurais. Além disso, é bom lembrar que após a Abolição e até a consolidação da CLT no "Estado Novo", as questões trabalhistas e as demandas dos trabalhadores eram "caso de polícia", como enfatizavam vários expoentes dos poderes públicos da Primeira República, em uma época em que não havia quase garantia nenhuma para as classes laboriosas, que tinham que enfrentar longas jornadas em ambientes insalubres na maioria das vezes, como nos mostraram algumas pesquisas, a de Maria Auxiliadora Guzzo Decca[37] e Margareth Rago[38], entre outros.

Como então esperar que todos aqueles trabalhadores, em face deste conjunto de problemas, se submetessem aos rigores do universo do trabalho formal e regular?

---

[34] FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

[35] DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[36] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

[37] DECCA, Maria A. Guzzo. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[38] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930). *Op. Cit*.

Vejamos mais um discurso sobre esta questão, intitulado "A Rotina":

> Entrai pelos sertões do nosso país e vede. Causa lástima. O homem dos tempos coloniais é o mesmo homem de hoje, repetindo mecanicamente os mesmos hábitos, com a mesma índole, os mesmos costumes em toda a sua rudeza primitiva. Não tem a noção do progresso. O monjolo ainda se constitui forçado fator de sua prosperidade. Produz o que não basta para as despesas anuais. A indolência o subjuga. Esquece o passado, despreza o presente e não vê o futuro. E o elemento produtor por excelência pode se dizer, não chega a um terço da população do Brasil, e a tão falada crise nada mais é do que a nossa incapacidade (...) Não pode haver crise financeira quando não há crise econômica. E se a pobreza econômica arrasta a crise financeira não há de se contestar a função industrial, artística e instrutora do Estado, procurando aplicação melhor das forças produtoras da sociedade; explorando as fontes que esta não sabe explorar para o bem da riqueza geral; auxiliando as boas iniciativas do particular empreendedor; dando boas vindas ao estrangeiro que aporta à nossa terra, porque vem com a ambição da fortuna nos iniciar nos segredos do trabalho produtor; regularizando o serviço imigratório de maneira a criar no forasteiro amor pela nossa terra (...). Por que não fazemos assim? Porque o Brasil é a China americana que declara o solo intangível pelo pé profano do forasteiro que, aliás, há de vir, não tarda, o habitar essa terra morta de inação. Não há de se refutar. O Estado tem uma grande função econômica a realizar. A indústria agrícola entre nós morreu. A abolição, esse atentado fragrante contra a propriedade e contra a fonte principal de riqueza da nação, é causa precípua da desorganização do serviço agrícola. E o único substituto do braço escravo é o colono estrangeiro. Que virou daquelas fazendas antigamente verdadeiros mananciais de riqueza da nação? Ainda é tempo. Cumpre acordar o letargo. Oxalá não se realize a profecia de Graça Aranha, na sua imortal Canaã. E quem não vê nas suas palavras repassadas de muito patriotismo, mas também de uma ironia atroz, o futuro tenebroso da nossa nacionalidade desaparecida pelo poder empolgante de uma raça de fortes, pondo à prova nossa incapacidade para a concorrência vital. Dizia Tobias Barreto que todo o Brasileiro é ignorante e sofre do fígado. Se fosse só isso! Ó Pátria, resurge![39]

Além de uma espécie de nostalgia pela escravidão, há uma passagem nesse editorial em que o romance "Canaã" de Graça Aranha é citado como uma espécie de alerta profético do futuro que aguardaria o país se os diri-

[39] Idem, n. 10, 13/11/1904, p. 1.

gentes não combatessem a cultura nefasta daqueles homens e mulheres que, segundo seu depoimento, ainda vivenciavam os mesmos costumes rudes e primitivos dos tempos coloniais.

Confesso que só conhecia dessa centenária obra de Graça Aranha, publicada originalmente em 1901, alguns bons comentários, e por causa da citação feita pelo editorialista resolvi ler o seu conteúdo, o qual ilustra as complexidades de uma geração, servindo como fonte privilegiada para análise de representações de formas de se perceber tensões, conflitos, esperanças, enfim, o pulsar frenético e às vezes monótono de uma época que as fontes mais tradicionais não permitem entrever.

Nessa obra o que parece central é o problema da construção de uma sociedade civilizada no Brasil. Graça Aranha não define, antes oferece diálogos e monólogos das duas personagens principais, Milkau e Lentz, dois imigrantes alemães em busca das terras férteis no médio Rio Doce no interior do Espírito Santo. Seria oneroso demais percorrer as suas páginas à cata de passagens que ilustrem os desafios do país para elaborar tal construção com êxito, mas mesmo assim alguns fragmentos não podem ficar sem serem transcritos como forma de ilustração.

Milkau, após cavalgar pelos caminhos que levava à terra da promissão, observava com pesar a paisagem, onde restava "uma terra cansada" que morria ali como uma bela mulher ainda moça, com o sorriso gentil no rosto violáceo, mas extenuada para vida, infecunda para o amor". Descendo a colina rumo às plantações que combinavam café, plantado nas encostas, e mandioca, cultiva na baixada, ele deparou-se com o "dono da fazenda, de pés nus, calça de zuarte, camisa de chita sem goma, com barba branca, muito velho, atestando na alvura da tez a pureza da geração", mas cuja "fisionomia era triste, como se ele tivesse consciência de que sobre si recaía o peso do descalabro da raça"[40].

Mais à frente, quando esse mesmo personagem encontra um outro imigrante, Lentz, que também estava à mesma procura, vários diálogos são travados, em que os problemas da raça, da cultura, do progresso da civilização e da nação são discutidos. Milkau, numa dessas discussões, postulou que os imigrantes renovariam a nação, espalhando-se sobre ela, cobrindo com os seus corpos brancos para engrandecê-la para a eternidade, para depois concluir que "a civilização desta terra está na imigração"[41], ao que

[40] ARANHA, Graça. *Canaã*. (1901). 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995, p. 8-9.

[41] Idem, p. 22.

mais em seguida reforçou o seu interlocutor: "O homem brasileiro não é um fator de progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê a história..."[42].

No final dessa interessantíssima obra, depois de tantos outros debates entre os dois personagens principais, que buscavam a terra da promissão, um deles, o que demonstrava mais otimismo, Milkau, após tantos problemas enfrentados, frustrações e penúrias, viu que "jamais lhe aparecia a terra desejada", pois "os novos homens ainda ali não tinham surgido"[43].

Eram estes novos homens que as elites agrárias mineiras, tal como os outros setores das oligarquias mais influentes do país, desejavam ansiosamente, não só como simples mão-de-obra para tornar mais elástica a oferta de trabalho, mas como elementos civilizados, isto é, que ao se misturarem à já misturada sociedade brasileira, lentamente iria embranquecê-la, europeizá-la e desbarbarizá-la, pois o povo que aquelas elites herdaram do passado colonial e escravista, além de evitar o trabalho regular e disciplinado quando podia, carregava em suas faces as marcas de uma formação histórica degradante, do ponto de vista das classes dirigentes, porque havia engendrado uma humanidade bastarda (na ótica de tais elites) que só o tempo, com o apoio da imigração, poderia corrigir. Eis uma página entre tantas outras da história da mistificação e intolerância no discurso das elites em relação ao trabalhador pobre.

Antes de encerrar este breve e despretensioso ensaio, é fundamental destacar que a problemática da falta de braços e as questões a ela subjacentes não surgiram após a Abolição, pois ela é inerente à formação colonial brasileira, tendo recrudescido a partir de 1850, quando a proibição do tráfico de africanos para o Brasil e a lei de terras criaram um situação nova, qual seja, a dificuldade dos homens e mulheres livres e pobres, no caso da imensa sociedade rural do país, de continuarem as suas roças de subsistência, cujos excedentes também eram comercializados na economia informal de vinténs, porque a expansão da produção de café, bem como outros produtos tropicais de exportação, foram empurrando-os para cada vez mais apertadas e perigosas fronteiras, ou a eles permitindo acesso apenas às terras pouco produtivas.

Acompanhemos fragmentos dos relatórios de algumas Câmaras Municipais Mineiras, elaborados para responderem ao inquérito agrícola do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, no contexto da crise inflacionária dos preços dos alimentos de primeira necessidade que se abateu sobre algumas províncias, inclusive na Corte, no final da década de 1850 e meados da seguinte, e prestemos

[42] Idem, p. 24.

[43] Idem, p. 140.

atenção nos discursos contra a "Vadiagem". A de Paracatu, por exemplo, em 11 de janeiro de 1858, apontando as causas da carestia de alimentos daquele período, respondeu que a lavoura estava "abandonada como se acha, pela completa falta de braços [escravos], e não podendo-se contar com os serviços da gente proletária, que entre nós não se sujeita aos trabalhos ativos, perenes e pesados não podia deixar de aparecer (...) um cortejo de calamidades"[44].

Outros municípios também apresentaram em seus relatórios fragmentos com conteúdos do mesmo tom. Os vereadores de Lavras argumentavam que uma das causas da carestia de alimentos era o seguinte: "As forças do país aproveitadas na agricultura poderiam dar muito maior soma de produtos", porque "há por aí muitos vadios de um e do outro sexo inteiramente desempregados, e os jornaleiros que trabalham, a maior parte deles prefere outras quaisquer ocupações aos rudes serviços da lavoura"[45]. Já os de Pitangui sugeriam, entre outras coisas, como forma de solucionar o problema, "medidas de polícia e o preceito de autoridade" que "se não combaterem, ao menos atenuam a carestia de víveres, obrigando ainda que indiretamente ao trabalho uma parte de nossa população"[46]. Os de Itabira reclamavam "da lei que regulamenta a locação de serviços de 13 de outubro de 1830", pois ela era "bastante fraca para remediar o mal e obrigar ao trabalho os indivíduos que preferem a ociosidade e a ela se habituam, e ainda que se lhes ofereça bons salários a maior parte deles procura escapar das obrigações, sem que exista na mesma lei meios coercitivos ou mais fortes para obrigá-los ao cumprimento de seus deveres"[47].

Esses conteúdos com tons depreciativos, em relação à resistência de uma parte da população em face do trabalho regular, abundam no conjunto das respostas das 27 Câmaras Municipais sobre as causas da carestia de alimento. Utilizo apenas alguns dos melhores fragmentos, para ilustrar a problemática que permeia o discurso daquelas elites agrárias, qual seja, o horizonte histórico marcado pela crise do sistema escravista e a agudização da consciência de parte das elites agrárias mineiras da necessidade de encontrar uma solução para manter a oferta da mão-de-obra elástica para as suas propriedades. Neste processo criaram uma mística negativa dos indivíduos pobres, cujos comportamentos no universo da produção eram intolerados e usados ideologicamente para justificação da imigração.

Não que os braços não tivessem faltado em parte para as lavouras (o que aconteceu realmente em alguns momentos mais agudos dos estertores da es-

[44] APM, Ofício dirigidos pelas Câmaras Municipais ao Governo da Província, São Paulo, 715, 1858, p. 38.

[45] Idem, p. 30.

[46] Idem, p. 30.

[47] Idem, p. 160.

cravidão no Brasil, principalmente para as regiões e áreas com poucas possibilidades de atração de imigrantes estrangeiros), a questão são as tensões que aqueles discursos implicam quando lidos levando-se em conta as diversas dimensões da realidade, pois se para as elites agrárias parte do povo não se prestava ao trabalho regular, para este mesmo povo trabalhar nas fazendas só se suas possibilidades de se subsistirem autonomamente estivessem esgotadas, o que a Lei de terras votada em 1850[48] procurou ensejar, dificultando o acesso ao solo para os que não o pudessem comprar e registrar suas pequenas glebas.

É a partir desse momento que os discursos contra a resistência dos trabalhadores livres e pobres ao trabalho sistemático e regular recrudessem, pois a tal Lei de terras havia sido criada exatamente para forçar os roceiros independentes, os sem posse e os tão desejados imigrantes a ofertarem-se nas grandes propriedades, em um contexto que elas estavam em expansão em face do aumento da produção do café e sua maior demanda no mercado externo. Daí em diante, até as primeiras décadas da República, a tendência histórica em relação a este problema foi marcada pelas pressões das elites agrárias ao Estado (para este subvencionar a imigração e assim facilitar a atração de europeus pobres e dispostos ao trabalho nas grandes plantações brasileiras) e à parcela da população nacional que preferia viver, garantindo o indispensável à vida diária, sem se submeterem àquele regime do trabalho tão maculado pela escravidão.

Assim, as fontes deste ensaio permitem pensar que em meio a essa questão da elasticidade da oferta de mão-de-obra para alimentar as extensas propriedades rurais do país, havia outro problema crucial da nossa formação nacional: a construção de uma sociedade civilizada. Tal construção pressupunha, conforme os discursos das oligarquias hegemônicas, a purgação cultural e étnica de um povo com muitas identidades, mas que nenhuma encontrava ressonância na ideologia civilizacional daquelas elites, cuja negação às alteridades marginalizadas em seu projeto político assumia às vezes formas dramáticas de combate, como foi a guerra contra Canudos, imortalizada nas páginas de "Os Sertões" (1902), evento que nos revelou como o Brasil estava fragmentado, e por isso mesmo inacabado como nação e desencantado como civilização.

Em conclusão, os discursos detratores da oligarquia mineira, além de possibilitarem detectar indícios de seu desejo de purgar cultural e etnicamente a mestiça população nacional, também indicam que a própria detração fazia parte de sua ideologia de reforço à dominação social, e da legitimação de seus interesses e posições nos espaços de poder de uma sociedade que vivenciava agudos conflitos em torno da organização do trabalho e do sistema político. Neste processo de construção ideológica, observa-se como

[48] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Op. Cit.* p. 139-161.

as elites da terra e aqueles a ela ligados mistificaram os homens e as mulheres de um país formado nos quadros de uma sociedade escravista e latifundiária, criando uma representação (tal como definida por Henri Lefebrve) negativa deles com um duplo objetivo: justificar a imigração para aumentar a oferta de mão-de-obra, como forma de redução dos custos com o trabalho, e aumentar a presença do elemento branco na composição étnica nacional, como forma de aproximá-la da miragem civilizacional européia. Assim desenvolveram um estilo de intolerância própria (em um contexto histórico em que a Europa tentava disfarçar o seu imperialismo com a máscara da civilização, usando a dominação como justificativa para "civilizar" o "bárbaro"), que mistificava os nacionais ao mesmo tempo que tentava civilizá-los para o trabalho e idealizava a vinda dos imigrantes europeus. Ao fazerem isso, as elites agrárias mineiras ajudaram a escrever algumas páginas da história da exclusão social neste país, onde a violência no campo, o difícil acesso dos trabalhadores rurais à terra e os baixos salários em geral pagos a quem trabalha mostram o quanto aquele passado não cessa de fazer eco no presente.

ANEXO

Foto: Alisson Eugênio. Produzida durante minha visita junto com alguns alunos da pós e da graduação da USP, como parte das atividades da disciplina "Globalização e Cultura: as formas de resistência na América Latina" oferecida pela Profª Drª Zilda Gricoli Iokoi, no dia 20 de junho de 2004. Na foto, a delegação que representava os camponeses expropriados pelo processo de colonização espanhola planta uma muda de rosa no simbólico "Bosque da Esperança", inaugurado na ocasião da celebração dos 20 anos do MST no Brasil. Neste bosque, representantes dos trabalhadores rurais dos cinco continentes e do povo palestino também plantaram a sua rosa da esperança.

